**BRDE COMO CATALISADOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL (2010 – 2022)**

Yuri Damasio, UNESC; yuridmasio@gmail.com

Alcides Goularti Filho, UNESC; agf@unesc.net

Área Temática 4: História Econômica e Social e História do Pensamento Econômico

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória e atuação do BRDE no período de 2010 – 2022 na região Sul do Brasil, identificando os fatores de atuação em suas áreas, a destinação de recursos para investimentos em setores estratégicos, bem como seus resultados operacionais. Os bancos de desenvolvimento têm como objetivo fornecer créditos de longo prazo para projetos que desenvolvam economicamente determinada região, de forma sustentável, gerando empregos e renda sem visar lucro. O BRDE que atua nos três estados do Sul do Brasil e Minas Gerais desempenha esse papel desenvolvimentista, vai além de resolver eventos contra cíclicos ou crises financeiras, o banco de desenvolvimento atua para crescer economicamente regiões onde atua, foi criado com o intuito de igualizar o crescimento no pais, vide que os planos de desenvolvimento dos anos 1950 ocasionaram em uma disparidade entre as regiões, a instituição serve para favorecer empreendimentos que geram novas tecnologias, investindo em infraestrutura e causando um bem estar na social por meio de financiamentos de longo prazo e apoio técnico para empresas e ao setor público. A análise dos recursos do banco de desenvolvimento BRDE, tais como fontes e destino dos recursos, tem como seu principal alvo as pequenas e médias empresas. O banco tem papel central no financiamento empresarial no setor Sul do Brasil. Neste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental por meio dos seus relatórios de atividades e financeiros, exploratória por haver uma lacuna em trabalhos que envolvam bancos de desenvolvimento na região Sul, especialmente o BRDE e para entender a sua relevância no meio econômico.

**Palavras-chave**: Bancos de Desenvolvimento; BRDE; Região Sul.

**1 INTRODUÇÃO**

O artigo faz uma análise em torno da atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Dos objetivos específicos, avaliar a atuação do BRDE no desenvolvimento da região Sul do Brasil, destacando os setores que recebem financiamentos. Investigar as fontes do crédito que o BRDE busca para financiar os setores da economia avaliar a sua contribuição para o crescimento econômico da região. Os Bancos de fomento trabalham para combater a desigualdade econômica. O Estado se faz essencial na condução de uma nação, buscando o bem estar social do seu povo, por vezes expandindo seus gastos para gerar benefícios futuros. Os bancos públicos possuem esse papel, e por isso estão no meio dos debates acadêmicos, há os que defendem a sua atuação e os que são contra. Os recursos dos bancos transformam a indústria em grandes competidores no capitalismo, o fornecimento de crédito faz com que elas possam investir em seus ativos, esses incentivos do banco apoiam o crescimento da economia, desenvolvendo determinados setores locais.

 Em momentos de crise econômica se mostra ainda mais importante para manter a economia funcionando, ou diminuir os efeitos de grandes anormalidades. A crise de 2008 mostrou como as instituições financeiras públicas tem grande importância quando existe a retração de crédito privado. A corrente teórica do desenvolvimentismo enfatiza a participação do Estado para promover políticas de qualidade para o crescimento socioeconômico, a abordagem pós keynesiano vem de encontro. Em crises o modelo keynesiano de contenção demora a surtir efeito, e assim demanda uma rápida atuação do emprestador de última instancia. Mas não apenas em momentos de crises ou ciclos de baixas, outras vezes se faz necessário para desenvolver uma região onde está atrasada economicamente, para isso, surge os bancos de desenvolvimento. Os bancos públicos de fomento investem em empresas promissoras, onde projetos são construídos em determinados setores, o papel do empreendedor se faz necessário nessa etapa, pois são agentes de mudanças que introduzem inovações, sendo elas essenciais para o crescimento econômico.

Os bancos de desenvolvimento, são classificados dentro da literatura como uma instituição financeira ou bancária, na qual o controle acionário pertence ao governo e proporciona financiamentos de longo prazo, por meio de linhas de crédito que contemplem determinados setores da economia. Como apresentado na resolução nº 394/76, bancos de desenvolvimento: “São instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver o seu controle acionário”. A primeira aparição desse tipo de instituição é datada do século XIX com o Crédit Mobilier, que buscava tratar das questões econômicas de desenvolvimento nos países em que atuava.

Na América Latina o pensamento do Estado ser a mola propulsora do desenvolvimento se deu por meio da Comissão Econômica para Assuntos da América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o intuito de pensar o crescimento de áreas regionais de forma igual.

**2 PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO**

O papel do Estado é fator principal nos debates econômicos, pensar em como a sua atuação deve ser conduzida pelos governos vem principalmente logo após os anos 1930. Essa fase em que o mundo passou pela conhecida “Grande Depressão”, e em um curto período de tempo os países passaram por outro momento histórico com a Segunda Guerra Mundial, fez pensar em como o Estado deve atuar para assegurar o bem estar da população. A diferença entre esses dois momentos é clara, a primeira uma crise financeira. A segunda uma guerra, que logo após o seu fim, deixou economias fragilizadas. Com tudo, o Estado foi o principal agente para a reestruturação econômica nessas duas situações. As ações do Estado não se limitam apenas a momentos de crise, é necessário planejar o desenvolvimento, e para isso desempenhar políticas voltadas ao crescimento econômico, de forma que exista a distribuição desse crescimento para a população.

Além das intervenções do Estado para corrigir as falhas de mercado, onde o retorno de um possível investimento é de maior escala social em vez de privado, se faz preciso evoluir outros setores da economia, assim surge o Estado Empreendedor, assumindo o risco no financiamento de inovações. Para a criação e formação de mercados, sendo a intervenção do Estado que dinamiza a capacidade e disposição do empresário, criando expectativas que se voltam para investimentos em diversificados setores, principalmente emergentes, o objetivo de uma política pública guiada pela inovação permite direcionar os investimentos (MAZZUCATO, 2014).

Os instrumentos utilizados pelo Estado para desenvolver inovações e fomentar os mercados passam pelo crédito e financiamento de empresas, envolvendo o setor privado para ampliar as tecnologias existentes. Durante o dia a dia utilizasse de tecnologias ditas privadas, mas que receberam ajuda pública para financiar seus projetos, o benefício social é o principal nessa troca. O Estado empreendedor apresentado por Mazzucato deve estar disposto em assumir os riscos que a inovação provoca nos investimentos, a incerteza de retorno, principalmente em projetos que a expectativa de lucro é menor, ou o seu maior retorno sendo social. A autora não nega a o empreendedorismo do setor privado, mas aborda um ambiente rodeado por instituições que interagem na produção e difusão de novas tecnologias, esse ambiente possui dois cenários. O primeiro cenário apresentado é o sistema de inovação simbiótico, no qual há uma relação mutuamente benéfica entre o Estado e o setor privado, o que ocasionaria em ganhos na inovação e crescimento econômico, o segundo cenário é sistema de inovação parasitário, no qual o setor privado drena os recursos concedidos pelo estado sem oferecer uma contrapartida (MAZZUCATO, 2014).

A participação do setor público na criação de inovação é central, ela elimina os riscos, incentiva os setores e estabiliza a conjuntura econômica para o crescimento. Apesar dos Estados Unidos ser conhecido pela sua liberdade e forte setor privado, isso se deu com um grande aporte Estatal nas empresas, assumindo o risco para obter inovações. Um grande exemplo citado por Mazzucato é a Apple, mundialmente conhecida por ser uma empresa inovadora, tem como o seu produto mais vendido, o Iphone, que possui tecnologias que foram desenvolvidas com participação Estatal e foram revolucionarias no seu lançamento. A empresa se beneficiou direta e indiretamente do recurso disposto pelo Estado, os produtos com a tecnologia que possui hoje surgiram em tempos difíceis, esforços na época de guerra para assegurar uma proteção nacional. O investimento proporcionou aos produtos tecnológicos uma dissipação mundial, o que hoje pode ser algo comum, naquela época era incerto, investir nesse tipo de produto inovador leva tempo e a necessidade de capital.

Para Keynes, os mercados capitalistas por natureza própria são propensos a ciclos de expansão e contração que podem levar a crises econômicas. Essas instabilidades resultantes de fatores como, flutuações de investimento, variações de confiança do setor privado e choques externos seriam minimizadas com os gastos governamentais, mantendo o nível de estimulo a demanda. Os gastos públicos podem vir de inúmeras maneiras, as principais são os projetos de governos que visão a aceleração do crescimento, investindo recursos estatais nos principais setores como: infraestrutura, segurança, saúde, transporte entre outros campos.

Nesse sentido temos Schumpeter com as suas contribuições teóricas a respeito do desenvolvimento econômico, segundo o autor “O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio” (SCHUMPETER, 1997). A despeito disso, o desenvolvimento se entende como as mudanças endógenas que surgem espontaneamente no sistema econômico, de forma a mudar o equilíbrio existente. Ele destaca que o desenvolvimento é distinto do fluxo circular e do equilíbrio econômico, sendo caracterizado por mudanças descontinuas que são impulsionadas por inovações. Para isso, os produtores são os principais agentes de mudança, eles seriam responsáveis por “educar” o consumidor a almejar novas tecnologias e produtos. Para introduzir novos bens no sistema econômico é necessário o desempenho do empreendedor, pois ele que faz essa ação, para isso o empresário necessita de crédito para financiar as suas atividades e maquinárias (SCHUMPETER, 1997).

O crédito é distribuído através dos bancos, esse capital permite a mobilização de recursos, que de outra forma ficariam imobilizados ou subutilizados. Com isto, o empresário tem a possibilidade de obter os recursos necessários para iniciar a sua produção, mesmo sem possuir previamente os recursos, isso faz iniciar o processo de implementação das inovações que abrem as portas para o desenvolvimento. A criação do crédito sem base em bens existentes, outro crédito anormal como chama Schumpeter, é o principal para as novas combinações de produção e inovação empresarial. O empresário possui as ideias para a inovação, por sua vez necessita de recursos para pôr em pratica o seu negócio, o dono da firma irá procurar meios de financiamento para o seu empreendimento, esse capital financeiro que ele depende para as inovações é obtido por meio dos bancos (SCHUMPETER, 1997).

Os bancos privados normalmente buscam liberar seus recursos com uma taxa de juros maior que o setor público, eles tendem a ofertar crédito para empreendimentos que tenham um lucro em curto prazo. Porém as inovações que geram crescimento econômico tendem a ter seu primeiro lucro ao longo prazo. Isso ocorre também pela demora que inovações tendem a se concretizar, muitas delas precisam de tempo para desenvolver por completo, o que não é atrativo nos grandes bancos privados.

O alto risco de retorno é fator central nessa negociação, o setor público tende a tomar grandes riscos para investimentos incertos, a construção de tecnologias inovadores demanda recursos e tempo. Produtos que estão no cotidiano da sociedade demandaram tempo para chegar a todos, quando chegam, esse tempo é devido a toda a construção que ele passa, parte dos benefícios das inovações nem sempre se concretizam, pois existe diversas variáveis que influenciam o seu processo e resultado, além de do crédito necessário para iniciar a trajetória do desenvolvimento dos produtos e tecnologias depende de condições institucionais, politicas, jurídica e de propriedade. Os bancos preferem conceder o crédito a comerciantes devido à grande liquidez que eles proporcionam em comparação aos empresários industriais.

Para fomentar a criação desses produtos, as industriais demandam crédito e condições favoráveis ao seu entorno, para atender toda essa busca, novos recursos precisam ser criados, já que o capital privado disponível é insuficiente para completar todo o processo de industrialização. A solução para esse problema foi a criação do dinheiro imaterial através das notas promissórias e letras de câmbio, chamado de crédito de circulação (HILFERDING, 1985). As transações não ocorrem simultaneamente, esse tipo de crédito vem par facilitar esse meio, permitindo a transferência de mercadorias sem a necessidade do dinheiro físico, essa dispensa do uso do dinheiro pode aumentar a produção, pois não se limita mais ao volume de dinheiro que existe. O sistema bancário substitui as notas comerciais e industriais por meio das notas bancarias, aumenta o volume de dinheiro creditício, esse por sua vez facilita a compra dos meios de produção e ao final do ciclo econômico ele volta ao capitalista (HILFERDING, 1985). O Estado precisa possuir projetos voltados ao crescimento econômico sustentável, para isso, um fator fundamental é potencializar o crescimento econômico por meio da industrialização, e isso se faz com a instrumentalização institucional através dos bancos.

2.1 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Os bancos de desenvolvimento (BDs) tem a sua trajetória acentuada na década de 1940, período pós-Segunda Guerra Mundial, os países precisavam se reestruturar economicamente e perceberam a necessidade de instituições financeiras dedicadas exclusivamente ao desenvolvimento econômico de longo prazo. Em linhas gerais, o banco de desenvolvimento é uma instituição financeira ou bancaria, cujo o seu controle pertença a um governo e que se destina a financiamentos de longo prazo, que abrange linhas de crédito a determinados setores produtivos regionais. Segundo a resolução nº 394/76 do Banco Central do Brasil, os bancos de desenvolvimentos têm como objetivo proporcionar suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos.

Apesar do surgimento de inúmeras instituições financeiras de desenvolvimento no período mencionado anteriormente, o *Crédit Mobilier*, é considerado o primeiro banco que estava preocupado com o desenvolvimento socioeconômico, sob a ideologia do Conde de Saint-Simon. A forte influência do pensamento do economista francês sobre o banco serviu para o avanço de algumas áreas, o progresso econômico por meio do industrialismo, planejamento e organização. Para isso era necessário financiar projetos de infraestrutura, como canais, ferrovias, e industrias, o que era prioridade para a época.

Atualmente os bancos de desenvolvimento focalizam seus recursos em áreas que necessitam de urgência de transformação, para isso ocorrer é preciso um conjunto de fatores disponíveis, além do crédito que é central, existe a capacidade técnica dos gestores para entender como alocar o recurso de maneira ótima. O Estado deve assumir o papel de protagonista do crescimento econômico e de acumulação capitalista, essas instituições visam o desenvolvimento de áreas regionais, sendo o seu principal papel. Diferente de instituições privadas que prevalecem a obtenção de lucro, os BDs retiram uma parcela mínima de lucro apenas para manter as suas atividades e financiar novos empreendimentos. Em processos de industrialização tardia, existe a falta de acumulação financeira vertical e péssima distribuição bancaria, afetando a formação de poupança doméstica, com isto, o Estado se faz obrigado a assumir a ação de financiador do crescimento econômico (CARDOSO DE MELLO, 1998). No Brasil o destaque de banco de desenvolvimento fica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952 pela Lei nº 1628, de 20 junho, no governo Vargas. O intuito do BNDES é o financiamento de longo prazo para todos os segmentos econômicos, apesar de suas contradições de financiamentos internacionais o seu papel foi central para o desenvolvimento do país. Grande parte dos Estados brasileiros possuem bancos de fomento e desenvolvimento, que buscam o crescimento nas regiões onde se localizam.

**3 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL**

Já em Santa Catarina, o Estado possui a Agencia de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A (BADESC) que teve a sua criação em 1973 e iniciou as suas atividades em 1975, possuindo no seu capital inicial recursos orçamentários, da participação do Estado de Santa Catarina nos recursos do BRDE e de créditos especiais. Inicialmente chamado de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o BADESC foi um dos principais agentes de fomento da economia catarinense, a instituição foi responsável por investimentos em momentos que a economia catarinense precisou reestabelecer as atividades econômicas, no período das enchentes sofridas em 1983, além da modernização da indústria têxtil, segmento tradicional do Estado catarinense. As linhas de financiamento do banco passam por projetos sustentáveis e de inovação tecnológica, ofertando crédito para micro, pequenas e médias empresas, esse capital apoia a sustentação do desenvolvimento regional, corroborando com as inovações em setores específicos.

No decênio anterior que iniciou a fase de financiamentos pelo sistema de crédito, Santa Catarina contou com a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, fundado em 1961, no mesmo ano que surge o Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (BDE), já em 1963 é criado o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) pela lei nº 3.390 de 23 de dezembro, ambos com o intuito de estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado catarinense. O BDE foi pioneiro no quesito de financiamentos de longo prazo, antes da sua criação os bancos que atuavam em solo catarinense ofertavam apenas financiamentos de curto prazo para pequenas e médios produtores, em suma maioria agrícolas (GOULARTI FILHO, 2012).

O BDE foi central nos projetos dirigidos pelo Estado, fomentando o capital privado catarinense por meio do PLAMEG e do PLAMEG II, intitulado de Plano de Metas do Governo (PLAMEG) foi criado em 1961 no governo de Celso Ramos, os objetivos com a sua concepção era o aperfeiçoamento e elaboração de obras e serviços públicos para a provocação do desenvolvimento econômico e social do Estado (SCHMITZ, 1985). O PLAMEG II veio logo em sequência, a experiencia positiva do primeiro plano, foi desenvolvido no governo de Ivo Silveira. O BDE em 1968 transformou-se em banco comercial, perdeu o seu titulo de banco de desenvolvimento e passou a se chamar de Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que em 1999 acabou sendo incorporado pelo governo federal e foi progressivamente absorvido pelo Banco do Brasil, processo que terminou apenas em 2009.

 Já o FUNDESC, apesar da sua criação em 1963, apenas em 1969 o fundo iniciou o repasse e suas liberações de crédito, antes disso o fundo ficou sem ação, seus primeiros resultados foram vistos no início da década de 1970. O fundo foi extinto em 1975 pela Lei Estadual 5.159 de 04 de novembro, e surgiu o PROCAPE da mesma lei.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul foi instituído pela necessidade de novos arranjos financeiros para a indústria, já que os bancos não dispunham de todo o capital necessário para a demanda de fomento que as empresas buscavam, isso devido ao pequeno grau de concentração de capital (FONSECA, 1988). Inicialmente o banco operou com recursos próprios angariados pelos três Estados do Sul e de repasses do Acordo do Trigo, em 1965 o banco iniciou os repasses para financiamentos com capital liberado pelo BNDES.

A instituição não realizou nenhum financiamento em 1987 e 1988 devido ao seu alto grau de endividamento, com isso o BRDE sofreu uma crise de liquidez, e no ano seguinte sofreu uma intervenção extrajudicial do Banco Central do Brasil, esta que durou até 31 de janeiro de 1992, ficando cinco anos sem realizar nenhum novo empréstimo. Após esse período o banco voltou a liberar novos financiamentos para as empresas, e vem sendo uma das instituições principais no financiamento das empresas do Estado. O gráfico abaixo, expõe o a variação do Produto Interno Bruto da Região Sul nos últimos 12 anos. É notável o forte crescimento no período pós-pandemia de COVID-19, onde houve uma maior liberação de crédito para financiamentos do BRDE para recuperar a variação negativa de 2020.

 Esse aumento na liberação se dá por meio do controle de crise, pois as empresas precisavam se manter em pleno funcionamento mesmo com as restrições que se fazia necessário.

Gráfico 1: Variação do Produto Interno Bruto da Região Sul entre 2010 até 2022 (%)

Fonte: Ipeadata.

A evolução das liberações no BRDE como aponta o Gráfico 2, expõe o seu auge em 2013 chegando na casa dos R$ 6.4 bilhões e nos anos seguintes existe um decréscimo nas suas liberações, voltando a subir em 2022, nesse período que se passou a economia estava passando por turbulências, como impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff.

Ainda no de 2013, com parte desse valor sendo da criação do fundo de Apoio aos Municípios pela Lei 16.037/2013 e regulamentado pelo Decreto 1.621/2013 para promover o desenvolvimento das cidades catarinenses com investimentos de R$ 580 milhões.

O BRDE celebrou convênio com o Estado de Santa Catarina para atuar como agente mandatário do Fundo. Com uma equipe especializada, o Banco procederá à análise e à fiscalização dos planos de trabalho de investimentos a serem apresentados pelos municípios (BRDE, 2013). Os investimentos foram destinados para as seguintes áreas: infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana; construção e ampliação de prédios nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social; construção de centros integrados nas áreas de desporto e lazer; saneamento básico; aquisição de equipamentos e veículos novos, fabricados no território nacional, destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação públicas; e compra de máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados no País, destinados às atividades operacionais das prefeituras (BRDE, 2013).

Gráfico 2: Evolução das liberações em valores reais – base 2022 (milhões)

Fonte: Relatórios do BRDE.

Já o seu Patrimônio Líquido que representa a riqueza da estatal atingiu o seu pico em 2013 com R$ 4.3 bilhões de reais, nos anos seguintes ficou estagnado entre 2013 à 2019, fato esse que se dá devido a estagnação econômica e pouco crescimento do PIB brasileiro, quando houve uma diminuição nos anos pandêmicos chegando a R$ 3.8 bilhões de reais.

Gráfico 3: Evolução do Patrimônio Líquido – base 2022 (milhões)

Fonte: Relatórios do BRDE.

Apesar das variações das liberações no período o banco estatal conseguiu até um determinado ponto manter seu patrimônio intacto.

Gráfico 4: Evolução do Resultado Liquido – base 2022 (mil)

 Fonte: Relatórios do BRDE.

Uma empresa pública não busca lucro, mas sim ajudar a sociedade no que ela foi criada, apesar disso o BRDE possui um resultado líquido satisfatório, angariando recursos para a sua manutenção e para acumular capital que poderão ser usados em financiamentos futuros. Parte dos recursos que o BRDE utiliza vem de capital próprio, outra parte ele repassa os recursos de outras instituições, inclusive fundos internacionais como aponta o Gráfico 5. A maior parte do recurso ainda vem do Sistema do BNDES, com cerca de 45,8% do montante total.

Gráfico 5: Participação das fontes de recursos nas contratações de financiamento (%)

Fonte: Relatórios do BRDE.

Segundo o próprio BRDE em 2022 o recurso total que é distribuído vai para empresas de setores como agropecuária (R$ 1 bilhão), indústria (R$ 1,3 bilhões), infraestrutura (R$ 887 milhões), comércio e serviços (R$ 1 bilhão). Sendo a grande maioria do valor para pequenas e médias empresas como aponta o Gráfico 6 abaixo.

Vale ressaltar que as contratações do BRDE em 2022 somam mais de R$ 4,4 bilhões, desse montante, 79,5% dos valores contratados efetivamente possuem alinhamento com pelo menos um Objetivo Sustentável (ODS). Ou seja, R$ 3,5 bilhões em credito para projetos que ajudando no esforço global do desenvolvimento sustentável dos países (BRDE, 2022).

Gráfico 6: Distribuição do valor contratado por porte em 2022

Fonte: Relatórios do BRDE.

A distribuição do valor contratado vai de encontro com a missão do banco, que é promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e regional da sua área de atuação, para isso ele financia as empresas de todos os portes, principalmente as pequenas e médias empresas que visam um crescimento para aumentar a sua contribuição ao desenvolvimento regional.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para desenvolver uma região é necessário formas de fomento que possam apoiar empreendimentos, esses que podem desenvolver tecnologias, gerar empregos e crescimento sustentável. Tanto o BRDE quanto o BADESC são instituições essenciais para esses projetos desenvolvimentistas, o BRDE atua apenas em três estados do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e fora da região em Minas Gerais. Apesar de diferenças em torno do seu espaço de atuação eles utilizam de meios parecidos para gerar o desenvolvimento. Os bancos de desenvolvimento desempenham o papel de fortalecimento da economia nacional, em contextos de instabilidade economia e de desenvolvimento regional.

O BRDE, com a sua trajetória desde 1961 destaca-se pelo apoio ao desenvolvimento regional nos estados do Sul do Brasil. Focado nas necessidades locais dos três Estados o banco investe em infraestrutura, agricultura e nas PMEs, além de outros financiamentos que possui, o BRDE é um banco sustentável, conhecido como banco verde, os projetos estão ligados aos ODS, promovendo um desenvolvimento regional sustentável e duradouro na região Sul do Brasil e mostrou-se relevante na manutenção da economia regional servindo de apoio aos empresários e no desenvolvimento econômico.

A teoria desenvolvimentista expõe o papel do Estado e das instituições financeiras em uma economia, para direcionar estrategicamente recursos para o crescimento regional ou nacional. Instrumentos essenciais nessa abordagem, os bancos de desenvolvimento atuam com o trabalho de direcionar recursos para companhias ou grandes obras que geram desenvolvimento, consequentemente novos empregos e uma qualidade de vida melhor. A sua importância vai além dos momentos de crise ou ciclos de baixa, eles devem estar colocados em uma economia a todo momento, fortalecendo a economia.

**REFERÊNCIAS**

BRDE. **Relatório da Diretora**. Disponível em: https://www.brde.com.br/. Acesso em: 01 maio. 2024.

BRDE. **Relatório Financeiro**. Disponível em: https://www.brde.com.br/. Acesso em: 01 maio. 2024.

BRDE. **BRDE caminha para ser um Banco Verde e abre linhas de crédito para projetos sustentáveis**. Disponível em: https://www.brde.com.br/. Acesso em: 01 maio. 2024.

CARDOSO DE MELLO, João Miguel. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERRAZ, ALEM, MADEIRA. **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo**. 2013.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **BRDE: da hegemonia a crise do desenvolvimento.** Porto Alegre: BRDE, 1988.

FURTADO, Celso. **Os Desafios da Nova Geração**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 473 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O Planejamento Estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002.** Ensaios Fee, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-660, 01 jun. 2005.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito**

**do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 1985.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985.

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Estadual: A experiencia do Plameg**. Florianópolis: UFSC, 1985.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma**

**investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** 2.ed São

Paulo: Nova cultural, 1985.